



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

**Economia Solidária e extensão universitária, um relato da experiência no
CRAS de Palmeira - PR**

Alisson Palamar Rodrigues Mendes (IESol, UEPG)

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (IESol, UEPG)

Luiza Lourenço Nunes Benck (IESol, UEPG)

Mariana Todorovski Barbosa (IESol, UEPG)

RESUMO: Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido durante quatro encontros com um grupo de mulheres no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Palmeira/PR. O objetivo do trabalho foi a formação em economia solidária com contextualização: Princípios básicos de economia solidária; quádrupla jornada de trabalho das mulheres; associação x cooperativas; tecnologia social; banco comunitário; e Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESoL). Participaram do grupo cerca de 17 mulheres. Tal formação se procedeu durante o mês de abril de 2019, com vista a superação das desigualdades sociais e de gênero a partir da emancipação da mulher e a geração de trabalho e renda. A experiência permitiu conhecer as peculiaridades do grupo e planejar orientações compreensíveis e significativas para a sensibilização do grupo para formação de uma associação e assim fortalecer os seus direitos no município.

PALAVRA CHAVE: Economia Solidária; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Educação Popular; Serviço Social.

ABSTRACT: This article is about an experience report about a work developed during four meetings with a group of women in the Center Of Social Work (CRAS) of the municipality of Palmeira / PR. The objective of the work was the formation in solidarity economy with contextualization: Basic principles of solidarity economy; quadruple women's work day; association x cooperatives; social technology; community bank; and Incubator of Solidarity Projects (IESoL). About 17 women participated in the study. This training took place during the month of April 2019, with a view to overcoming social and gender inequalities from the emancipation of women and the generation of work and income. The experience allowed us to know the peculiarities of the group and to plan comprehensible and meaningful orientations for the group's awareness to form an association and thus to strengthen their rights in the municipality.

KEY WORD: Solidary Economy; Center reference for Social Work (CRAS); Popular Education; Social service.

Introdução

O artigo é um relato de experiência ligado ao Projeto do Universidade Sem Fronteira/IESOL no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Palmeira/PR. O objetivo principal da atividade desenvolvida pelo



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

projeto foi expor a Economia Solidária (ECOSOL) como uma importante alternativa para a geração de trabalho e renda para um grupo de mulheres acompanhadas pelo CRAS. As mulheres, por meio de uma associação baseada nos princípios da ECOSOL, buscam alternativas para complementarem a renda familiar.

A cidade histórica de Palmeira ainda conserva em muitos de seus prédios, residências e nas igrejas, os traços marcantes do ciclo histórico e econômico denominado de tropeirismo. Atualmente, Palmeira alicerça sua economia na atividade agropecuária. Nas últimas décadas do século XX diminuiu muito a tradicional atividade madeireira, ganhou relevo o regime de economia familiar, prestação de serviços, agroindústria, cultivo de soja, milho, batata, fumo em grande escala.

O processo histórico-geográfico de formação territorial do município de Palmeira é característico da região dos Campos Gerais. Nesta região, a ocupação luso-brasileira foi iniciada com a concessão de sesmarias a moradores oriundos da região da cidade de São Vicente-SP que apresentavam os atributos exigidos pela administração monárquica de Portugal. A existência dos campos naturais nas terras planas dos Campos Gerais favoreceu a pecuária, inicialmente vinculada a criação, mas que depois deu lugar à invernagem em ordem de importância. Na região dos Campos Gerais consolidou-se a sociedade campeira, com algumas características já presentes na economia canavieira do Nordeste, como o latifúndio, o escravismo, a especialização produtiva e a convivência com os minifúndios. A decadência deste modelo durou algumas décadas, mas a partir da década de 1970 surgiu uma alternativa para os grandes e médios proprietários das terras planas, com a substituição das invernagens pelas grandes plantações de soja com a adoção do modelo tecnificado, com processos de mecanização e quimificação fortemente subsidiados e financiados por crédito rural vinculado a políticas públicas de incentivo a produção voltada para exportação (CUNHA, 2003).

Ao lado destas terras planas, a geografia física da região dos Campos Gerais apresenta as terras com marcante declividade, nas quais, em vez dos campos naturais, existe a Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucárias. Foi nestas terras que se concentraram os camponeses, caboclos e colonos já que estas áreas não são apropriadas à pecuária como também não são adequadas ao modelo altamente capitalizado e tecnificado da cultura da soja. Estas terras são as áreas por excelência da agricultura camponesa e familiar que forma uma população para a qual a ECOSOL pode significar uma alternativa bastante interessante, principalmente para as mulheres integram as famílias de agricultores familiares (CUNHA, 2003).



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

Para isso, iremos abordar os principais aspectos históricos relacionados à origem da Economia Solidária bem como, a Educação Popular sendo que, em algumas, a metodologia integra a perspectiva de gênero, a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua emancipação frente às desigualdades enfrentadas no modo de produção capitalista.

Para alguns autores a ecosol é uma tentativa de organização socioeconômica, buscando uma relação mais solidária entre os produtores e consumidores estruturados por associações ou cooperativa. (Singer, 2000)

A economia solidária entendida como prática social e como um movimento que articula saberes, torna-se um instrumento poderoso para que sejam elaboradas estratégias, as quais venham contribuir com a realização de diferentes modos de produção e construir novas relações em sociedade; tal formação se faz necessária para que possa se vislumbrar um novo modo de produção, distribuição e consumo de bens e recursos, os quais poderão contribuir para alternativas do atual modelo sócio-econômico e desigual.

Marco Teórico

Nos últimos anos, um evento que está se tornando notório no ambiente organizacional no Brasil é a crescente formação de empreendimentos sociais baseados na livre associação. Estes, no entendimento de Gaier (2011), são um fenômeno observado em muitos países há pelo menos uma década e são fundamentados nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade. Para Oliveira, Rezende e Carvalho (2010), a reconfiguração econômica envolvendo a incorporação de obrigações sociais está ocorrendo vagarosamente, mas de forma efetiva. Essas mudanças e princípios redirecionam a realização de novos e diferentes negócios, e encontram-se no âmbito da Economia Solidária.

Os valores da Economia Solidária, segundo seus defensores, podem ser expressos pelo trinômio: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável. Santos enfatiza esta ideia de ressurgimento e consolidação de antigos valores em: “[...] o resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania dessas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo” (SANTOS, 2002, p. 127).

No entanto, não há Economia Solidária sem a participação da população, assim como a Economia Solidária não acontece sem a autogestão. É evidente então que para a construção dessa organização alternativa, inúmeros fatores são contribuintes e essenciais para o desenvolvimento. É preciso então que as pessoas envolvidas ou não, se organizem e trabalhem junto em prol do coletivo, ou seja, todos os envolvidos serão beneficiados de forma igualitária. É preciso também que entidades de apoio desenvolvam seu papel em prol do fomento da ES, bem como também, seja responsável por dispor conhecimento e assessoria aos



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

empreendimentos solidários. Mas para que tudo isso aconteça, é de extrema importância que políticas públicas sejam desempenhadas para garantir a execução deste novo modelo sustentável e solidário.

Para Pereira, Políticas Públicas “são formas de afirmação e concretização dos direitos fundamentais, em especial dos direitos sociais, por parte do Estado.” (2009, p. 58). Sendo assim, políticas públicas representam a pretensão de planejamento de uma sociedade ideal, que se constrói com a partir da execução de ações governamentais direcionadas a este fim (APPIO, 2009, p. 136).

O CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, enquanto política pública, caracteriza-se por uma unidade pública que tem por finalidade atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, em todo o território nacional. Estes centros articulam uma rede de proteção social básica, atendendo a população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social.

Diante disso, concentram-se as ações direcionadas às pessoas e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, de aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O CRAS tem como objetivo ser uma referência local de assistência social, e concretizar os direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando, em rede, as ações que previnem situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contudo, o serviço principal a ser desenvolvido pelo CRAS, é de Proteção Integral à Família (PAIF), cuja finalidade é assegurar as condições fundamentais mínimas para que os/as usuários/as desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social, a média e a longo prazo.

A Intersetorialidade pode ser compreendida como um exemplo de interdisciplinaridade que se realiza na relação entre as políticas públicas. De acordo com as orientações técnicas para o CRAS (2009), o trabalho interdisciplinar exige a superação da ação tecnicista adotada por uma equipe multiprofissional. A interdisciplinaridade é um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetos e instrumentos de conhecimentos distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O CRAS, 2009, p.65)

As articulações dos setores populares em busca de soluções para seus problemas locais têm trazido para o campo da Educação Popular reflexões acerca das relações entre educação e trabalho, entendido esse não apenas como fonte ou geração de renda, mas também como forma de realização humana e garantia de direitos. Dessa forma, os momentos de união dos grupos em torno das lutas por



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

suprir demandas materiais possibilita encontrar caminhos que apontam saídas, para problemas emergenciais.

Segundo, Gramsci 1986 p.12 “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também , e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” e completa que “o trabalho é princípio educativo”.

Entende-se por educação popular segundo José Pereira Peixoto Filho, um conjunto de práticas que se realizam e se desenvolvem dentro do processo histórico no qual estão imersos os setores populares, ela deve ser compreendida também como estratégias de lutas para a sobrevivência e libertação desses mesmos setores. Nesse sentido, falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do Educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos à margem da sociedade capitalista. Por entender as classes populares como possuidoras de um saber não valorizado e por vezes excluídas do conhecimento historicamente adquirido pela sociedade. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da consciência de classe e como seus direitos são negados baseados num passado sombrio de exploração do dominante sobre o dominado.

A Economia Solidária tem como desafio construir bases sólidas no âmbito das políticas públicas, do “agir no espaço público” que segundo França Filho (2004) é uma forma de conciliar o projeto de uma economia solidária com a esfera política e econômica concomitantemente. As ações do poder público em direção à Economia Solidária representam uma alternativa para o desenvolvimento local, nesse sentido que o desenvolvimento pode ser visto como Boisier (2005), como processo que se produz endogenamente na sociedade para superar as condições existentes. Esse processo pode ser o motor de um novo paradigma de desenvolvimento, aqui nomeado de desenvolvimento sustentável e solidário. Este é entendido como sendo um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de “novas relações de produção”, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.” (SINGER, 2002, p.1).,

Os trabalhos de Llorenz e Albuquerque (2001) salientam que os principais componentes das iniciativas de Desenvolvimento Local são: (i) desenvolvimento mais equilibrado territorialmente; (ii) geração de emprego e renda como alternativa a superação da pobreza; (iii) criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais; (iv) reorganização das bases empresariais; (v) implantação de infraestruturas básicas; (vi) capacitação de recursos humanos; e, (vii) criação de sistemas de informações locais.

Este movimento parte da premissa do conhecer, entender e transformar criando um processo de emancipação social e coletiva que contribui para a geração de ocupação e renda gerando reflexos no município como um todo.

Vários autores, entre eles Singer (1998, 2000), Gaiger (2000), Coraggio (1994), Monteagudo (2002), Razeto (2000), Antunes (1995), Pochmann (2004) têm



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

trabalhado na perspectiva de construir formas de interpretações dessas práticas, ou como economia solidária ou como novas formas de desenvolvimento.

Metodologia

A Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), foi criada oficialmente, em setembro de 2005, como Programa de Extensão Universitária, a partir de um conjunto de discussões e debates sobre a conjuntura política do Brasil e de Ponta Grossa em relação à Economia Solidária e atuação da universidade.

A Extensão Universitária aproxima o estudante com a comunidade, assim como aproxima a comunidade com a universidade. Bem como o nome já diz, é uma extensão da universidade, oferece ao estudante uma experiência mais ampla durante a formação, trabalho multidisciplinar/interdisciplinar, contato direto com a comunidade e uma noção maior do trabalho que sua futura formação faz na sociedade. De acordo com TODOROVSKI, 2015

“Por fim, percebe-se que os acadêmicos valorizam os projetos de extensão, resgata sua missão social, possibilitando ao aluno perceber que está inserido num contexto social, econômico e político, que deve ser analisado de forma crítica, a fim de sua ação possa de fato trilhar caminhos próximos a uma ação mais autônoma e emancipadora. “

Pensar a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e semente desses conhecimentos é um trabalho complexo diante da natureza e diversidade do trabalho acadêmico. A extensão universitária possibilita aos estudantes experimentar unificar a teoria com a prática em um trabalho voltado, em sua maioria, para a comunidade. Nas palavras da entrevista 3:

“O contato com a comunidade proporciona experiências maiores sobre o que é aprendido na universidade e uma troca de saberes que nenhum livro pode dar pro aluno”

O primeiro contato entre a IESOL (Incubadora de Empreendimentos Solidários) e o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) localizado no município de Palmeira se deu através de uma reunião onde a equipe deslocou-se após um primeiro contato de interesse até o município e firmou-se parceria para ministrar quatro formações em economia solidária para um grupo de 20 mulheres que já participam de atividades no CRAS, nomeado “mulheres empoderadas”. O grupo surgiu da necessidade de atender ao PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) já que as mulheres estavam em condicionalidades do programa Bolsa Família. Diante disso, ficou determinado 4 dias de encontro, sendo que o último seria a visita do grupo à feira solidária que acontece na UEPG onde conheceram os



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

produtos e acompanharam as experiências e percursos dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

Diante da demanda que se apresentou, a equipe se reuniu e deliberou temas pertinentes ao grupo e suas potencialidades e ao longo dos encontros foram-se adaptando os assuntos abordados para que atendessem às demandas apresentadas do grupo; já que caracteriza-se por um grupo em situação de vulnerabilidade social.

No primeiro encontro deu-se o contato com o grupo para entender a partir de suas vivências empíricas o que o grupo entendia por “solidariedade” “trabalho” e “coletivo” para que a equipe pudesse compreender a realidade sócio-histórica dessas mulheres em questão. Em seguida, a equipe ilustrou com slides os grupos incubados pela IESol e o papel da incubadora na realidade dos EES, despertando no grupo uma estima em construir uma associação.

No segundo encontro a equipe recapitulou o desenvolvimento do primeiro encontro levando a discussão para o principal eixo que seria trabalhado: A inserção da mulher no mercado de trabalho; igualdade de gênero; e a quádrupla jornada de trabalho da mulher. Durante este encontro ocorreram momentos muito sentimentais e particulares das mulheres do grupo ao passo que as mesmas foram se dando conta da importância da mulher e de como seus direitos foram abafados e negados durante séculos e até mesmo nos dias atuais não ocorre de fato sua efetivação.

No terceiro encontro foi apresentado as diferenças entre cooperativa e associação explicando as competências de cada uma bem como sua metodologia para entender o passo a passo, buscando esclarecer as dúvidas das participantes. Neste plano de trabalho foi simulado tudo que faria parte das associações, bem como as pessoas, o nome, os objetivos individuais e coletivos, as atividades que a associação desenvolveria, onde seria a sede, como se daria o processo de formalização, etc.

Por fim, no último dia de formação, o grupo se deslocou de Palmeira para a sede da IESol em Ponta Grossa onde ocorreu uma roda de conversa entre o grupo, técnicos e professores sobre ECOSOL. Posteriormente o grupo se dirigiu a UEPG para conhecerem a feira de ECOSOL, trocarem experiências e assim, visualizarem na prática como se dá a vivência dos EES.

Resultados/Discussões

Visto a importância dessas formações com a comunidade, a entrevistada 1 afirma a possibilidade de novas alternativas de trabalho e renda que potencializam o protagonismo e a emancipação social das famílias envolvidas e como consequência, influenciam positivamente o desenvolvimento local. Tal compreensão de organização através de associações e cooperativas, conforme afirma o economista e historiador Charles Gide, “é um movimento radicalmente popular, originado diretamente do povo e para seu próprio benefício” (VALADARES, 2008, p.12). e para além da lógica meramente capitalista nas relações sociais que permitem, ainda nas palavras do entrevistado 1:



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

“Fortalecer a coletividade e as relações de pertencimento entre o indivíduo e meio no qual está inserido”

O contato entre a universidade e a comunidade, nas palavras de Icaza e Tiriba (2003:101) “(...) São fundamentais no processo de formação humana, como a socialização do saber e da cultura.” Este conhecimento auxilia na emancipação do grupo, que devida sua condição de vulnerabilidade sócio-histórica e sua realidade social, acabam não obtendo acesso a esses conhecimentos. Nas palavras da entrevistada número 2:

“A maioria das mulheres que participam do cras são analfabetas ou da educação básica e com essas formações, assim como eu, sei que outras meninas também voltaram a ter vontade de estudar e se achar profissionalmente. Por causa dessas palestras, vocês mudam muitas nossas cabeças.”

A educação é considerada como um direito social na Constituição Federal de 1988 (art. 6º). É dever do Estado garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito (art. 208, I). Além disso, educação desempenha um papel importantíssimo na visibilidade das mulheres na vida social promovendo formas de visibilização e valorização do seu contributo social. E é neste sentido que orientam as normas e leis do direito nacional e internacional público. A este propósito é necessário realçar alguns dos princípios estabelecidos pela Declaração de Beijing, da Plataforma de Pequim:

A autonomia, afirmação e acesso ao poder e progresso das mulheres, incluindo o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença, contribuindo assim para as necessidades morais, éticas, espirituais e intelectuais das mulheres e dos homens, individualmente ou em comunidades com outros, garantindo-lhes assim a possibilidade de alcançarem todo o seu potencial em sociedade e de construírem as suas vidas de acordo com as suas aspirações próprias (nº12 da Declaração de Beijing).

Tornar essa sociabilidade, por vezes transformadora em saberes, objeto de reflexão crítica com as mulheres pode contribuir para a superação de várias dificuldades que as impedem de realizar plenamente seu protagonismo. A ideia de ter um emprego ou sucesso com uma cooperativa ou associação, é um desejo e, ao mesmo tempo uma forma de libertar-se de diferentes tipos de dominação.



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

Considerações Finais

Pode-se concluir então que a Economia Solidária possui inúmeros pontos fortes e sua capacidade de proporcionar bons resultados é enorme. Mas isso não depende de uma pessoa ou duas, depende de todos contribuírem para o desempenho deste movimento, trabalhando em conjunto no intuito não apenas de beneficiar a si só, mas de beneficiar a todos com suas ações desempenhadas, assim como as outras pessoas que estão engajadas neste mesmo projeto de desenvolvimento também irão contribuir para o desenvolvimento de todos. É a ajuda mútua em prol da inclusão social e de melhores condições de vida por meio do trabalho solidário.

O fomento em Economia solidária traz reflexões emancipatórias para o grupo que dela se apropria. Neste caso em especial às “Mulheres Empoderadas de Palmeira” que após as formações iniciaram um debate interno para a criação de sua própria associação intitulada “Associação das Mulheres Guerreiras de Palmeira” na busca de uma cidade mais igualitária, fraterna e inclusiva. Iniciando tais atividades dentro de seus bairros e buscando uma formalização judicial para poder estarem se articulando com a Prefeitura de Palmeira para assim, maximizar a coletividade.

REFERÊNCIAS

APPIO, Eduardo. **Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

BOISIER, S. **Hay espacio para el desarrollo local em la globalización?**. Revista da CEPAL, 2005.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Dos Direitos Sociais, p.18.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Seropédica: UFRRJ/CPDA, 2003. (Tese de doutorado)

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:**
DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

FILHO, José Pereira Peixoto. **Puxando o fio da meada: educação popular e produção associada.** Trabalho e educação, p.33-53, jan. 2004.

GAIGER, L. I. **A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário.** Outra economia, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011

GRAMSCI, A. **Concepção de dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1986.

ICAZA, Ana M. e TIRIBA, Lia: **“Economia Popular”.** In CATTANI, A.D. (Org.): A outra economia. Porto Alegre: Voraz, 2003: 101-109.

LLORENS, Albuquerque, F. **Desenvolvimento econômico local.** Rio de Janeiro: BDMG, 2001.

OLIVEIRA, A. L.; REZENDE, D. C.; CARVALHO, C. C. Redes interorganizacionais horizontais vistas como sistemas adaptativos complexos coevolutivos. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 15, n. 1, p. 67-83, 2011

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília. 2009.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002. _____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1998. _____. **Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas.** In: **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.** KRAYCHETE, Gabriel, et all. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TODOROVSKI, B. M. ; SZUL, K. D. ; MOURA, R. R. **Desafios Vivenciados Pelos Alunos na Prática da Extensão Universitária.** Ponta Grossa, 2015.

VALADARES, J. H. (2008) **A moderna administração em cooperativas: A REGULAMENTAÇÃO COOPERATIVA.** 1 ed. [S.L.]: Fundação Getúlio Vargas.